

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO DE SÃO PAULO
125º Exame de Ordem

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1
0000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Prova Objetiva

**INST
RUÇÕES**

- Verifique se este caderno contém 100 questões.
- Assine seu nome no espaço indicado na capa deste Caderno.
- Leia cuidadosamente as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.
- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Não serão computadas as questões em branco, com duas ou mais alternativas assinaladas e questões rasuradas.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, manuais, impressos ou anotações e máquinas calculadoras.
- O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem autorização e o acompanhamento do fiscal.
- Caso seja autorizada sua saída, deixe a Folha de Respostas dentro do Caderno fechado.
- A duração da prova é de 4 horas.
- É terminantemente proibida a saída do candidato do local do exame antes de decorridas 2

horas do seu início, qualquer que seja o motivo.

- Em hipótese alguma o candidato levará o CADERNO.
- Ao término da prova, entregue ao fiscal seu Caderno e receba a Folha de Anotação de Gabarito.
- Transcreva suas respostas para a Folha de Anotação de Gabarito.
- Ao término da transcrição entregue sua FOLHA DE RESPOSTAS.

AGUARDE A ORDEM PARA ABRIR ESTE CADERNO.

FUNDAÇÃO CARLOS
CHAGAS
Janeiro/2005

MODELO – Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 pode ser considerada
 - (A) rígida, por ser seu processo de alteração mais dificultoso que o de elaboração das demais espécies normativas, e formal, por constar de documento escrito solenemente aprovado pelo Poder Constituinte.
 - (B) rígida, por ser imutável, e outorgada, por ter sido elaborada com a participação popular.
 - (C) flexível, por ser passível de alteração, e formal, por prever forma específica para a sua modificação.
 - (D) flexível, por ser passível de alteração, e outorgada, por ter sido elaborada sem a participação popular.
 5. O direito do indivíduo obter informações dos órgãos públicos, prescrito na Constituição Federal, é
 - (A) absoluto, porque, na condição de direito fundamental, não pode ser restringido, inclusive sob estado de sítio.
 - (B) relativo, porque só pode ser exercido para obtenção de informações de interesse pessoal.
 - (C) absoluto, porque não sofre nenhuma ressalva expressa da Constituição da República.
 - (D) relativo, porque não abrange as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade.
-
6. O alistamento eleitoral é vedado aos
 - (A) estrangeiros e analfabetos.
-
2. O Presidente da República está sujeito

- (A) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, ambos julgados pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) analfabetos e menores de 16 anos.
- (C) menores de 16 anos e conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.
- (D) estrangeiros e militares.
- (B) apenas à prática de crime de responsabilidade, julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) às práticas de crime de responsabilidade e de crime comum, julgados, respectivamente, pelo Senado Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) apenas à prática de crime de responsabilidade, julgado pela Câmara dos Deputados.
-

7. Projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, circunscrito somente no Estado de São Paulo, que dispusesse sobre alterações no Código de Trânsito Brasileiro e que fosse apresentado à Câmara dos Deputados, não estaria em conformidade com a Constituição Federal, porque

- (A) o projeto de lei só poderia ser subscrito por, no
-

3. Na organização do Estado brasileiro, a substituição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por um único ente central

- (A) não seria possível, devido à existência de disposição constitucional expressa vedando a alteração da forma republicana de governo.
- (B) seria possível, por meio de Emenda à Constituição.
- (C) não seria possível, devido à cláusula pétrea da seção mínima, cinco por cento do eleitorado nacional.
- (B) o percentual dos subscritores deveria estar distribuído, pelo menos, em cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (C) "trânsito" é matéria de iniciativa privativa do Presidente da República para apresentação de projetos de lei.
- (D) o projeto de lei deveria ser apresentado ao Senado Federal.
paração dos Poderes.
- (D) seria possível somente pelo Poder Constituinte Originário.
-

8. A imunidade material do Deputado Federal

4. O art. 7º, inciso XXVII, da Constituição Federal, que assegura aos trabalhadores urbanos e rurais "proteção em face da automação, na forma da lei", pode ser considerado norma constitucional de eficácia

- (A) contida, por ter aplicabilidade imediata, não necessitando de norma regulamentadora.

- (B) limitada, por não ter aplicabilidade imediata, necessitando de norma regulamentadora.
 - (C) plena, por ter aplicabilidade imediata, não necessitando de norma regulamentadora.
 - (D) plena, por ter aplicabilidade imediata, mas passível de restrição por norma regulamentadora.
- (A) difere da imunidade material do Vereador, porque a responsabilização dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, restringe-se à circunscrição do respectivo Município.
- (B) é idêntica à imunidade material do Vereador, não permitindo que sejam responsabilizados, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos, em todo o território nacional.
- (C) difere da imunidade material do Vereador, porque a licença para processamento é assegurada somente aos Vereadores de Municípios com mais de duzentos mil habitantes.
- (D) é idêntica à imunidade material do Vereador, não permitindo que sejam processados sem a licença prévia das respectivas Casas.

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo
1 -

9. A fiscalização do Município deve ser exercida mediante
- (A) controle externo, pela Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado.
 - (B) controle externo, pela Câmara Municipal e Tribunal de Contas da União.
 - (C) controle externo, pelos Tribunais de Contas da
14. São conceitos à primeira vista contrastantes, dentro do Direito Urbanístico, mas que, em equilíbrio, devem coexistir
- (A) função sócio-ambiental da cidade e Plano Diretor.
 - (B) limitação administrativa e autonomia municipal.
 - (C) lei urbanística municipal e Estatuto da Cidade.
 - (D) função sócio-ambiental da propriedade e direito de União, do Estado e do Município.

propriedade individual.

- (D) controle interno, pelo Poder Executivo, e controle externo, pela Câmara Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado ou do Conselho ou Tribunal de Contas do Município, onde houver.

10. A decisão do Supremo Tribunal Federal, proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental,
- (A) em regra, não é retroativa.
 - (B) vincula os órgãos do Poder Público.
 - (C) vincula somente o Poder Judiciário.
 - (D) produz efeitos somente entre as partes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. A Administração Pública restringiu a participação de pessoas excessivamente obesas, em um concurso público para provimento de cargo público de agente penitenciário. A restrição pode não ferir o princípio da isonomia, desde que
- (A) o edital do concurso tenha sido publicado nos termos da lei de processo administrativo.

- (B) assentada em premissas que não autorizam, do ponto de vista lógico, a conclusão delas extraída.
- (C) o discrímen guarde relação de pertinência lógica com o desempenho do cargo.
- (D) o edital do concurso não impeça a ampla defesa e o contraditório a todos os candidatos que se sentirem prejudicados.

11. As empresas PETROBRÁS e ECT (Correios), ambas sociedades de economia mista, distinguem-se uma da outra porque a

- (A) ECT sofre ingerência de princípios e preceitos de direito público.
- (B) PETROBRÁS tem personalidade de direito privado.
- (C) ECT sofre o influxo de regras de direito público com uma carga mais acentuada.
- (D) PETROBRÁS é uma espécie de empresa estatal.

16. Pode o poder público, no curso de uma concessão, determinar unilateralmente a redução de uma tarifa?

- (A) Sim, desde que recomponha o equilíbrio econômico- financeiro do contrato, indenizando o particular.
- (B) Não, porque o equilíbrio econômico-financeiro do contrato impede, sempre, que tal ocorra.
- (C) Sim, desde que o contrato de concessão preveja a ocorrência de reajuste decorrente de “fato do príncipe”.
- (D) Não, a não ser que o desbalanceamento econômico-

financeiro do contrato ultrapasse o limite legal de

12. O excesso de tensão no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, após *blackout*, causou danos a bens

25% de alteração.

de consumidores. Nessa hipótese, sabendo-se que é normal haver excesso de tensão após *blackout*, a con- cessionária do serviço de distribuição de energia elétrica, empresa privada,

- (A) responde pelos danos, porque a concessionária de serviço tem responsabilidade civil.
- (B) não responde pelos danos, porque não houve culpa da concessionária.
- (C) responde pelos danos, porque houve defeito na prestação de um serviço público de titularidade da

17. A figura da intervenção estatal que leva em conta a necessidade pública urgente e temporária, voltada para bens e serviços de particulares, requerendo, auto-executo- riamente, o uso dos mesmos, e sujeitando o Poder Público à ulterior indenização, se tiver infligido dano reparável ao particular, denomina-se

- (A) poder de polícia.
- (B) desapropriação por interesse público.
- (C) servidão pública que imponha à propriedade particu- lar ônus real de uso.

concessionária, ainda que empresa privada.

—(D)— requisição administrativa.

-
- (D) não responde pelos danos, porque a concessionária é empresa privada.
-

13. Quando o Estado, por seus procuradores, insiste em apresentar recursos judiciais meramente procrastinatórios, diz-se que tal proceder
- (A) reflete o atendimento ao interesse público primário, eis que o Estado não pode abrir mão do seu direito de ação.
 - (B) pode atender ao interesse público secundário, mas não ao primário.
 - (C) é fruto do princípio da indisponibilidade do interesse público primário.
 - (D) afronta o interesse público secundário.
18. Em um Pregão realizado pela União para a aquisição de impressoras para computadores, a licitante que, nos lances, deu o segundo menor preço, foi contratada, apesar de haver uma licitante que teria dado um preço menor. Este procedimento
- (A) não está correto, porque esta modalidade necessariamente determina a contratação do menor preço.
 - (B) está correto, desde que a licitante com o menor preço venha a ser inabilitada.
 - (C) está correto, porque esta modalidade é para aquisição de bens e serviços comuns, e como se trata de aquisição de bens não comuns, não se aplica o critério de julgamento do menor preço.
 - (D) não está correto, porque a desclassificação da proposta de preço só pode ocorrer entre licitantes já devidamente habilitadas.

3

MODELO – Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1

19. Mercado municipal e cemitério público distinguem-se, na classificação de bens públicos, das terras devolutas e terrenos de marinha?
- (A) Não, porque a todos se aplica o regime jurídico do direito público, sendo todos bens inalienáveis.
 - (B) Sim, porque os primeiros são bens públicos de uso comum e os últimos são bens públicos dominicais.
 - (C) Sim, porque os primeiros são bens públicos de uso especial e os últimos são bens públicos dominicais.
 - (D) Não, porque todos são bens públicos patrimoniais disponíveis.
-
20. Servidor demitido do serviço público, após processo disciplinar que constatou seu envolvimento em ilícito administrativo, pode vir a ser reintegrado no cargo se em instância criminal, posteriormente, ele obtiver sentença de absolvição, referentemente aos mesmos fatos?
23. No que diz respeito às pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar:
- (A) As pessoas jurídicas de direito público são civilmente responsáveis pelos atos de seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
 - (B) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público com a inscrição do ato constitutivo no registro pertinente, decaindo em cinco anos o direito do particular interessado pleitear a anulação de seus atos constitutivos.
 - (C) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
 - (D) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- (A) Sim, se a absolvição criminal for fundamentada na negativa da autoria ou da existência do

crime.

- (B) Não, porque as jurisdições penal e administrativa não se intercomunicam.
- (C) Sim, desde que a demissão não tenha ocorrido por suficiência probatória.
- (D) Não, porque na esfera administrativa também há processo formal com o objetivo de extração da verdade real.

24. O domicílio, como consagrado pelo Código Civil,

- (A) é único e consiste no local em que a pessoa estabelece residência com ânimo definitivo.
- (B) é único e consiste no centro de ocupação habitual da pessoa natural.
- (C) é considerado o local onde a pessoa exerce sua profissão. Se a pessoa exercer a profissão em locais diversos, deverá indicar um local específico para

DIREITO CIVIL

todas as relações correspondentes.

- (D) pode ser plural, desde que a pessoa tenha diversas residências onde alternadamente viva.

21. São absolutamente incapazes os menores de

- (A) 16 anos; os ausentes; os que não puderem exprimir sua vontade, em razão de causa permanente.
- (B) 18 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (C) 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem necessário discernimento para os atos da vida civil; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) 16 anos; os ébrios habituais; os pródigos; os toxicômanos.

25. Assinale a alternativa INCORRETA, relativamente ao mandato.

- (A) O mandante é obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo mandatário, na conformidade do mandato conferido, e adiantar a importância das despesas necessárias à execução dele quando o mandatário lhe pedir.
- (B) O mandante é obrigado a pagar ao mandatário a remuneração ajustada e as despesas da execução do mandato, ainda que o negócio não surta o efeito esperado, salvo se o mandatário for culpado pela não conclusão do negócio.
- (C) O mandato presume-se oneroso quando o contrário

22. Relativamente ao ausente, é correto afirmar:

- (A) Se o ausente aparecer nos dez anos seguintes à não tiver sido estipulado pelas partes.
- (D) O mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado gestor de negócios, enquanto o mandante não lhe ratificar os atos.
abertura da sucessão definitiva terá direito aos bens existentes no estado em que se acharem, os subrogados em seu lugar, ou o preço que os herdeiros ou demais interessados houverem recebido pelos bens alienados depois daquele tempo.
- (B) O juiz, apenas a requerimento do Ministério Público, poderá declarar a ausência, e nomear curador.
- (C) É impossível a declaração da ausência quando houver mandatário constituído antes

do desaparecimento.

- (D) Declarada a ausência, ao término de cinco anos contados da arrecadação dos bens do ausente, os interessados poderão requerer a sucessão definitiva dos seus bens.

26. A novação ocorre quando

- (A) o credor consente em receber prestação diversa da que lhe é devida, com o intuito de extinguir a obrigação.
- (B) um novo devedor sucede ao antigo, ficando este último quite com o credor.
- (C) se confundem em uma mesma pessoa as qualidades de credor e devedor.
- (D) duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, de dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis, extinguindo-se as obrigações, até onde puderem ser abatidas.

4

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo
1 -

27. Compete ao tutor, com imprescindível autorização do juiz,

- (A) propor em juízo as ações necessárias, ou nelas assistir o menor, promovendo todas as diligências a bem deste, assim como defendê-lo nos pleitos contra ele movidos.
- (B) dirigir a educação do menor, defendê-lo e prestar-lhe alimentos.
- (C) dispor dos bens do menor a título gratuito.
- (D) adquirir por si, ou por interposta pessoa, mediante contrato particular, bens móveis ou imóveis pertencentes ao menor.

28. Segundo o disposto no artigo 1.784 do Código Civil, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários. Até o momento da partilha, os bens do falecido são considerados imóveis,

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Relativamente à produção da prova documental, no procedimento ordinário, é INCORRETO afirmar:

- (A) É lícito às partes, em qualquer tempo juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados, ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.
- (B) O autor deverá indicar na petição inicial a prova documental que pretende produzir, podendo juntar aos autos, independentemente de autorização do juiz, quaisquer documentos, referentes a fatos supervenientes ou antigos.
- (C) Sempre que uma das partes requerer a juntada de documento aos autos, o juiz ouvirá, ao seu respeito a outra, no prazo de cinco dias.
- (D) O juiz requisitará, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, as certidões necessárias à prova das alegações das partes.
- (A) indivisíveis, coletivos da espécie *universalidade de fato*, inalienáveis e em condomínio.
- (B) divisíveis, coletivos da espécie *universalidade de direito*, inalienáveis e em condomínio.
- (C) indivisíveis, coletivos da espécie *universalidade de direito*, alienáveis e em condomínio.

(D) indivisíveis, coletivos da espécie *universalidade de direito*, inalienáveis e em condomínio.

32. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para

- (A) opor embargos em dez dias; se esta não os opuser, o juiz determinará nova intimação para defesa.
 - (B) pagar em 24 horas a quantia devida, ou opor embargos em quinze dias.
 - (C) pagar em dez dias ou nomear bens à penhora, podendo opor embargos apenas se seguro o juízo.
-

29. Relativamente aos alimentos, assinale a alternativa correta.

(D) opor embargos; como não existe penhora, já que os bens públicos são impenhoráveis, o prazo para a oposição desses embargos começa a fluir da jun- tada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido.

- (A) Em nenhuma hipótese, os irmãos são responsáveis pela prestação de alimentos ao irmão que deles necessite.
 - (B) O parente é obrigado a prestar alimentos ao parente que deles necessite, ainda que isso implique desfal- que do necessário ao seu sustento.
 - (C) A obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
 - (D) O devedor de alimentos terá que prestá-los em for- ma de pensionamento.
-

33. A denunciação da lide é obrigatória

- (A) ao Ministério Público nas causas em que há inte- resse de incapazes.
- (B) àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- (C) quando o denunciante pretender, no todo ou em par- te, a coisa ou o direito sobre que controvertem autor e réu.
- (D) àquele que detiver a coisa em nome alheio, sendo-

lhe demandada em nome próprio.

30. Há obrigação de reparar

- (A) quando o dano advém de atividade de natureza perigosa, normalmente desenvolvida pelo autor do dano, independentemente de culpa.
 - (B) quando o dano advém de atividade perigosa, nor- malmente desenvolvida pelo autor do dano, depois de apurada a sua culpa e, conseqüentemente, sua responsabilidade.
 - (C) somente quando a vítima não concorre para o evento danoso.
 - (D) quando o dano é provocado por ataque de animal, ainda que fique provada a culpa exclusiva da vítima.
-

34. João Luiz promoveu ação indenizatória, juntamente com Ernesto, contra Ricardo. Os litisconsortes ativos foram re- presentados em juízo por procuradores distintos. Proferida a sentença, desfavorável aos demandantes, os mesmos interpuseram o competente recurso de apelação, compu- tando o prazo em dobro como autoriza o Diploma Pro- cessual Pátrio. Não obstante, o Douto Magistrado de pri- meira instância rejeitou o processamento das apelações, por entender serem

manifestamente intempestivas. Deve- rão João Luiz e Ernesto, para ver apreciados seus recursos,

- (A) interpor nova apelação.
- (B) opor embargos declaratórios para o Tribunal *ad quem*.
- (C) interpor agravo de instrumento.
- (D) opor ação de argüição de descumprimento de pre- ceito constitucional.

5

MODELO – Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1

35. Quando um acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente ação rescisória, cabem embargos

- (A) infringentes que versarão sobre toda matéria objeto do recurso de apelação, ou da rescisória, ainda que o desacordo seja parcial.
- (B) de declaração que versarão sobre toda matéria objeto do recurso de apelação, ou da rescisória, ainda que o desacordo seja parcial.
- (C) de declaração que versarão apenas sobre a matéria objeto da divergência, se o desacordo for parcial.
- (D) infringentes que versarão apenas sobre a matéria objeto da divergência, se o desacordo for parcial.

36. A ação de nunciação de obra nova não compete

39. Analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- (A) A abertura de testamento é um exemplo de ju- risdição voluntária.
- (B) O litigante de má-fé será condenado a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.
- (C) O advogado tem direito de renunciar ao mandato outorgado por seu constituinte, bastando que infor- me esse fato ao juiz.
- (D) A competência para as ações reais imobiliárias é territorial, mas não pode ser prorrogada nem derro- gada por vontade das partes.
 - (A) ao condômino, para impedir que o co-proprietário execute alguma obra necessária na coisa comum.
 - (B) ao Município, a fim de impedir que o particular cons- trua em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.
 - (C) ao condômino, para impedir que o co-proprietário execute alguma obra com prejuízo ou alteração da coisa comum.
 - (D) ao proprietário ou possuidor, a fim de impedir que a edificação de obra nova em imóvel vizinho lhe preju- dique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado.

40. Analise as alternativas abaixo e assinale a INCORRETA.

- (A) A assistência poderá ser simples ou litisconsorcial; é litisconsorcial quando o terceiro se apresenta como titular de uma relação jurídica idêntica ou depen- dente da relação jurídica deduzida em juízo.
- (B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes.

- (C) No litisconsórcio unitário, mesmo facultativo, a todos os litisconsortes aproveita a defesa de um deles.

37. Assinale a alternativa correta.

- (D) Propondo o autor, em face do réu, duas ou mais ações, por meio do mesmo processo, tem-se o fenômeno da cumulação objetiva.
- (A) O juiz deixará a cargo do credor a escolha do meio de execução, seja ele mais ou menos gravoso para o devedor.
- (B) Se a petição inicial estiver incompleta ou não se achar instruída pelos documentos devidos, o juiz a indeferirá de plano.
- (C) Na execução para entrega de coisa, constante de título judicial, o devedor será citado para satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo, apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias.
- (D) Na execução para a entrega de coisa, o juiz, ao despachar a inicial, poderá fixar multa por dia de atraso no cumprimento da obrigação, ficando o respectivo valor sujeito a alteração, caso se revele insuficiente ou excessivo.

DIREITO COMERCIAL

41. São títulos de crédito que contêm ordem de pagamento:

- (A) nota promissória e duplicata.
- (B) *warrant* e partes beneficiárias.
- (C) nota promissória e debênture.
- (D) letra de câmbio e duplicata.

42. No regime do atual Código Civil, a caracterização de de-

38. Relativamente à ação monitória,

- (A) estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá de plano a expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa no prazo de quinze dias.
- (B) os embargos dependem de prévia segurança do juízo e serão processados em autos apartados, pelo procedimento ordinário.
- (C) os embargos dependem de prévia segurança do juízo e serão processados em autos apartados, pelo procedimento dos embargos de devedor.
- (D) a ação monitória compete a quem pretender com base em título executivo extrajudicial o pagamento de soma em dinheiro, a entrega de coisa fungível ou bem móvel.
- terminada atividade econômica como empresarial
- (A) depende de expressa previsão legal ou regulamentar, devendo a atividade constar em relação previamente expedida pelo Departamento Nacional de Registro de Comércio.
- (B) é feita mediante opção do empresário, que no momento do seu registro deverá declinar se sua atividade será empresarial, ou não.
- (C) é aferida *a posteriori*, conforme seja a atividade efetivamente exercida em caráter profissional e organizado, ou não.

- (D) depende do ramo da atividade exercida pelo empresário, sendo empresarial a compra e venda de bens móveis e semoventes e não empresariais as demais atividades.

6

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo

1 -

43. Se os sócios não registram o ato constitutivo de sociedade empresária da qual façam parte,
- (A) a sociedade é considerada regular para todos os efeitos, inclusive em suas relações com terceiros.
 - (B) o sócio que praticar algum ato em nome da sociedade será pessoalmente responsável, não podendo usufruir do benefício de ordem.
 - (C) a personalidade jurídica da sociedade estará resguardada, assim como a sua autonomia patrimonial em relação ao patrimônio dos sócios.
 - (D) todos os sócios são pessoalmente responsáveis pelos atos praticados em nome da sociedade, solidariamente entre si e subsidiariamente em relação à sociedade.
48. Um dos efeitos do deferimento do processamento da concordata preventiva é
- (A) a suspensão das execuções contra a concordatária, relativa aos créditos sujeitos à concordata.
 - (B) a designação do comissário como administrador dos bens da concordatária.
 - (C) o vencimento antecipado de todas as dívidas da concordatária.
 - (D) a suspensão da falência da concordatária, permitindo-se a retomada de suas atividades.

-
44. O administrador das sociedades limitadas pode ser nomeado no contrato social ou por ato separado. Uma das conseqüências dessa distinção é que o administrador nomeado em contrato

- (A) deve ser sócio.
- (B) tem poderes irrevogáveis.
- (C) depende de *quorum* de nomeação diferenciado.
- (D) prescinde de autorização dos sócios para a prática de atos.

-
45. Resolvendo-se o vínculo de um sócio com a sociedade empresária de que faz parte, e não havendo previsão contratual a respeito, seus haveres sociais serão pagos de acordo com o critério do valor

49. Alberto celebrou contrato de representação comercial com Bernardo, obrigando-se a agenciar produtos deste. Em determinado mês, Alberto encaminhou a Bernardo pedidos totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), porém Bernardo recusou o atendimento a metade desses pedidos. Bernardo encaminhou a justificativa da recusa a Alberto no prazo de 15 (quinze) dias. Nessa situação, supondo-se que o contrato é omissivo a respeito, Bernardo, quanto à comissão sobre os pedidos recusados,

- (A) terá direito porque Alberto não tem o direito de recusar pedidos.
- (B) terá direito porque Alberto deveria tê-lo feito imediatamente.

- (C) terá direito porque Alberto apenas poderá recusar pedidos se houver previsão contratual.
- (D) não terá direito.
- (A) patrimonial de suas quotas na data da resolução, apurado em balanço especial.
- (B) econômico de suas quotas à data da resolução, conforme a cotação em bolsa de valores.
- (C) patrimonial de suas quotas na data do efetivo pagamento, apurado em perícia judicial.
- (D) econômico de suas quotas na data do efetivo pagamento, apurado em balanço especial.

50. É característica do contrato de locação de espaço em *shopping centers* a

- (A) inexistência do direito à renovação compulsória do contrato de locação.
- (B) impossibilidade de o locador recusar a renovação com base no argumento de retomada do imóvel para

46. A Assembléia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira de Secos e Molhados, sociedade anônima fechada, deliberou a mudança de seu objeto social. Merovides, acionista detentor de 10% (dez por cento) de ações preferenciais sem direito de voto, não compareceu à assembléia e discorda da alteração. Merovides

- (A) não poderá exercer o direito de retirada. uso próprio.
- (C) inexistência de prazo decadencial para que o locatário ingresse com ação renovatória.
- (D) impossibilidade de o contrato prorrogar-se automaticamente por prazo indeterminado, no caso de permanência do locatário no imóvel após o advento do termo contratual.
- (B) poderá exercer o direito de retirada.
- (C) só poderia exercer o direito de retirada se tivesse comparecido à assembléia.
- (D) só poderia exercer o direito de retirada se a companhia fosse aberta.

DIREITO PENAL

51. A prescrição, denominada intercorrente pela doutrina, é a que ocorre

47. Instituição financeira tem lavrado contra si protesto por falta de pagamento de determinado título, não havendo relevante razão de direito que justifique o não-pagamento. Esse fato é motivo que pode ensejar a decretação de sua

- (A) liquidação extrajudicial, somente.
- (B) falência, somente.
- (C) falência ou de sua concordata.
- (D) falência e de sua liquidação extrajudicial.
- (A) no período posterior à sentença condenatória recorível até o trânsito em julgado da sentença.
- (B) em período anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- (C) no período entre o recebimento da denúncia ou queixa e a sentença condenatória recorrível.
- (D) nos diversos períodos que vão desde a consumação do fato até o trânsito em julgado da sentença.

52. Quanto à imputabilidade penal, é correto afirmar que a

- (A) paixão pode excluir a imputabilidade penal.
- (B) emoção pode excluir a imputabilidade penal.
- (C) emoção, a paixão e a embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior não excluem a imputabilidade penal.
- (D) embriaguez, ainda que incompleta, mas proveniente de caso fortuito pode excluir a imputabilidade penal.

53. Em relação à pena de prestação pecuniária, é INCORRETO afirmar:

57. Em relação à classificação dos crimes, assinale a alternativa correta.

- (A) Há crime habitual quando a pessoa comete sempre o mesmo tipo de crime ou crime da mesma natureza.
- (B) O crime profissional é aquele praticado por quem faz do crime verdadeira profissão.
- (C) O crime exaurido é aquele em que o agente, após ter realizado o crime, o leva a consequências mais lesivas.
- (D) Há crime vago quando a sua definição jurídica é incerta, ou, em outras palavras, quando o tipo é aberto.

- (A) Será de importância não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.
- (B) Consiste no pagamento de dinheiro à vítima, a seus dependentes, ou a entidade pública, não se prevenido o pagamento a entidade privada.
- (C) O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.
- (D) Pode ser objeto de transação na fase preliminar do procedimento sumaríssimo da Lei dos Juizados Especiais Criminais.

58. Entre as alternativas abaixo, assinale a que corresponde à Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) A pronúncia deixa de interromper a prescrição se o Tribunal do Júri vier a desclassificar o crime para outro que não é da competência do júri.
- (B) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (C) A incidência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- (D) Embora a lei especial comine, cumulativamente, pena privativa de liberdade e de multa, pode haver

substituição da prisão por multa.

54. O artigo 131 do Código Penal define como crime: “Praticar, com o fim de transmitir a outrem moléstia grave de que está contaminado, ato capaz de produzir o contágio”. Examinando esse artigo, assinale a alternativa correta.

- (A) É crime próprio, material, de forma livre e comissivo.

- (B) Não pode ter como sujeito passivo quem já está enfermo pela mesma ou por outra moléstia.
 - (C) A transmissão da moléstia grave sempre é por meio de ato sexual.
 - (D) Exige “dolo específico” ou o elemento subjetivo do injusto.
-

59. O juiz, ao condenar o acusado, desejando aplicar causa de aumento, deve seguir o critério

- (A) trifásico e fazer incidir o aumento na terceira fase da aplicação da pena.
- (B) trifásico e fazer incidir o aumento na segunda fase da aplicação da pena.
- (C) bifásico e fazer incidir o aumento na segunda fase da aplicação da pena.
- (D) bifásico e fazer incidir o aumento na primeira fase da

aplicação da pena.

55. No crime de desacato,

- (A) a conduta do agente pode ser verbal, por gestos, gritos, agressão.
 - (B) segundo tranqüila jurisprudência, o funcionário público não pode ser sujeito ativo.
 - (C) exige-se representação do funcionário público desacatado para a ação penal.
 - (D) o elemento subjetivo pode ser o dolo ou a culpa.
-

60. O artigo 134 do Código Penal tem a seguinte redação:

“Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria: Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.”

Assinale a alternativa INCORRETA a respeito desse crime.

- (A) São previstas no Código Penal formas qualificadas para as hipóteses em que do crime resulte lesão corporal de natureza grave ou morte.
-

56. A fonte formal direta no Direito Penal

- (A) pode ser a lei e a equidade, esta somente no tocante à fixação da pena.
- (B) pode ser a lei, os costumes e os princípios gerais do direito.
- (C) pode ser a lei e a analogia *in bonam partem*.
- (D) é somente a lei.

(B) Forte corrente doutrinária considera a criança como recém-nascido até a perda do cordão umbilical.

(C) O crime pode ser praticado por terceiro como forma de auxílio ao pai ou à mãe, não, contudo, pelo terceiro, diretamente, sem a participação do pai ou da mãe.

(D) Em face da pena, admite-se transação pela Lei 9.099/95, considerando-se a Lei dos Juizados Especiais Federais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1 -

66. Entre as alternativas abaixo, assinale a que NÃO corresponde à Súmula do Superior Tribunal de Justiça.
61. Em relação ao procedimento ordinário dos crimes punidos com reclusão é INCORRETO afirmar que, após
- (A) as alegações finais, que devem ser escritas, os autos vão ao juiz para proferir sentença.
 - (B) o juiz receber a denúncia ou queixa, o acusado deve ser citado e intimado para o interrogatório.
 - (C) a inquirição das testemunhas, as partes terão oportunidade de requererem diligências.
 - (D) a defesa prévia, são ouvidas, em um mesmo ato, as testemunhas de acusação e de defesa.
- (A) Não se concede fiança quando, em concurso material, a soma das penas cominadas for superior a dois anos de reclusão.
- (B) A participação do membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- (C) Há conflito de competência ainda que exista sentença com trânsito em julgado proferida por um dos juízos conflitantes.
- (D) A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória de extinção de punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
-
62. Em qual dos procedimentos abaixo, é prevista defesa após a denúncia e antes de o juiz recebê-la?
- (A) Dos crimes afiançáveis de responsabilidade dos funcionários públicos.
 - (B) Sumário dos crimes punidos com detenção.
 - (C) Dos crimes contra a propriedade imaterial.
 - (D) Dos crimes falimentares.
67. A remição de pena consiste na redução do tempo de execução de pena pelo trabalho à razão de 1 (um) dia de pena por
- (A) 2 (dois) dias de trabalho.
 - (B) 3 (três) dias de trabalho.
 - (C) 4 (quatro) dias de trabalho.
 - (D) 5 (cinco) dias de trabalho.
-
68. O recurso das decisões proferidas pelo juiz da execução
-
63. Hipótese de crime em que a competência NÃO é da Justiça Federal:
- (A) furto de bem pertencente à Caixa Econômica Federal.
 - (B) lavagem de dinheiro conexo com roubo de bens pertencentes ao Banco do Brasil.
 - (C) prevaricação praticado por Procurador da República.

penal é o agravo (art. 197, da LEP). Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o prazo para sua interposição é de

- (A) 10 (dez) dias porque segue o rito do agravo do Código de Processo Penal.
 - (B) 10 (dez) dias porque segue o rito do agravo do Código de Processo Civil.
 - (C) 5 (cinco) dias porque segue o rito da apelação, do Código de Processo Penal.
 - (D) 5 (cinco) dias porque segue o rito do recurso em sentido estrito, do Código de Processo Penal.
- (D) apropriação indébita previdenciária.
-

64. O seqüestro, no Código de Processo Penal, constitui espécie de medida assecuratória que

- (A) depende de prova da existência do crime, de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens e de prévio recebimento de denúncia pelo juiz.
- (B) incide sobre bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, não incidindo sobre bens móveis.
- (C) poderá ser objeto de embargo pelo acusado ou por terceiro.

69. Em relação à liberdade do acusado durante o processo, é correto afirmar que

- (A) é insuscetível de liberdade provisória o crime de comércio ilegal de armas de fogo.
 - (B) sempre caberá fiança em contravenções penais ou crimes punidos com detenção.
 - (C) cabe liberdade provisória sem fiança em caso de prisão em flagrante por crime contra a economia popular.
 - (D) não cabe liberdade provisória com ou sem fiança, nem apelação em liberdade, nos crimes hediondos e equiparados.
 - (D) depende de requerimento do Ministério Público ou do ofendido ou de representação da autoridade policial, não podendo ser decretado de ofício.
-

70. Em relação à busca e apreensão, assinale a alternativa INCORRETA.

65. A decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, acolhendo pedido do Ministério Público,

- (A) pode ser impugnada por correição parcial.
 - (B) pode ser impugnada por recurso em sentido estrito.
 - (C) pode ser impugnada por apelação.
 - (D) é irrecurável.
- (A) A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.
 - (B) A busca domiciliar, com mandado judicial ou com o consentimento do morador, é possível a qualquer hora.
 - (C) A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.
 - (D) A restituição da coisa apreendida poderá ser ordenada pela autoridade policial.

DIREITO DO TRABALHO

71. Imediatidade é expressão associada à existência de

- (A) relação de emprego.
 - (B) cargo de confiança.
 - (C) justa causa.
 - (D) contrato internacional de trabalho.
-

- (A) pela Vara do Trabalho da localidade em que verificado o conflito.
- (B) pela Vara do Trabalho em que estabelecido o sindicato suscitante.
- (C) por Tribunal Regional do Trabalho ou pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme a abrangência territorial do conflito.
- (D) pelo Tribunal Superior do Trabalho.

72. Havendo, durante a vigência do contrato de trabalho, saque dos depósitos existentes na conta vinculada do empregado no FGTS, para aquisição de casa própria, a multa decorrente de dispensa imotivada

- (A) incide sobre a totalidade dos valores sacados.
 - (B) incide sobre 40% do valor sacado.
 - (C) não incide sobre os valores sacados.
 - (D) não incide sobre os valores sacados, salvo comprovada má-fé do empregador.
-

78. No processo do trabalho, o recurso ordinário

- (A) tem efeito suspensivo.
 - (B) tem efeito suspensivo, salvo no procedimento de alçada e no procedimento sumaríssimo.
 - (C) não tem efeito suspensivo, mas, a critério do juiz, poderá ser recebido com esse efeito, em caso de risco de dano ao reclamado.
-

(D) não tem efeito suspensivo.

73. Sobreaviso é o período de tempo em que o empregado permanece

- (A) à disposição do empregador, no local de trabalho.
 - (B) à disposição do empregador, no local de trabalho, por tempo superior ao que estaria contratualmente obrigado.
 - (C) à disposição do empregador, no local de trabalho e durante o horário de trabalho, sem executar, porém, nenhuma atividade.
 - (D) em sua residência, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.
-

79. O reclamante pode questionar a sentença de liquidação que reduz o valor da execução por meio de

- (A) recurso ordinário, no prazo de oito dias da ciência da decisão.

- (B) impugnação, no prazo de cinco dias da ciência da penhora.
 - (C) embargos, no prazo de cinco dias da ciência da decisão.
 - (D) agravo de petição, no prazo de oito dias da ciência da decisão.
-

74. O exame de gravidez da empregada

- (A) deve ser realizado anualmente.
 - (B) pode ser exigido a qualquer tempo pelo empregador, para avaliar a possibilidade de realizar dispensa imotivada.
 - (C) não pode ser exigido pelo empregador.
 - (D) não pode ser exigido pelo empregador, salvo no momento da admissão.
-

80. Segundo o entendimento dominante, o preposto, designado pelo reclamado para representá-lo em audiência,

- (A) precisa ser empregado do reclamado e deve ter conhecimento dos fatos.
- (B) precisa ser empregado do reclamado e deve ter presenciado os fatos.
- (C) não precisa ser empregado do reclamado, mas deve ter conhecimento dos fatos.
- (D) não precisa ser empregado do reclamado, desde que tenha presenciado os fatos.

75. A decisão sobre a celebração de convenção coletiva de trabalho é tomada

- (A) por todos os integrantes da categoria.
 - (B) pelos associados do sindicato.
 - (C) pela diretoria do sindicato.
 - (D) pelo presidente do sindicato.
-

DIREITO TRIBUTÁRIO

81. Mediante lei ordinária, a União pode instituir

- (A) imposto sobre operações relativas à circulação de ouro, definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, na operação de origem, desde que
-

76. O acordo coletivo de trabalho vigora por

- (A) dois anos, no máximo, podendo ser renovado.
 - (B) um ano, no máximo, podendo ser renovado.
 - (C) quatro anos, no máximo, vedada renovação.
 - (D) prazo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer tempo, mediante aviso com trinta dias de antecedência.
- sua alíquota não ultrapasse um por cento.
- (B) impostos extraordinários, compreendidos na competência tributária dos Estados ou dos Municípios, na iminência de guerra externa.
 - (C) empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - (D) imposto sobre doações de bens móveis, quando o doador e donatário tiverem domicílio no exterior.

Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1 - 82. As contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social

- (A) somente podem ser cobradas do importador de bens ou serviços que for empregador, empresa ou entidade a ela equiparada.
- (B) não podem ser cobradas das entidades de educação, sem fins lucrativos.
- (C) somente poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou, vedada sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada aquela lei.
- (D) não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação de petróleo e seus derivados.

87. Sobre a solidariedade, em matéria tributária, é correto afirmar:

- (A) A isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- (B) Submete-se, quanto ao benefício de ordem, às regras próprias do direito privado.
- (C) A interrupção da prescrição, em favor de um dos obrigados, não favorece os demais obrigados.
- (D) A interrupção da prescrição, contra um dos obrigados, prejudica os demais.

83. As taxas

- (A) são tributos compreendidos na competência residual.
- (B) não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- (C) são cobradas em decorrência da valorização do imóvel em razão de obras públicas.
- (D) são tributos cobrados dos presidiários, em razão da atuação da polícia.

84. O Imposto sobre Produtos Industrializados

88. A remissão, em matéria tributária,

- (A) pode ser concedida, independentemente de lei que a preveja, no caso de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
 - (B) é concedida pela União em caráter geral, vedada a consideração quanto a condições peculiares de determinada região do seu território.
 - (C) sempre depende de previsão em lei.
 - (D) uma vez prevista em lei, independe de qualquer ato por parte da autoridade administrativa.
- (A) submete-se à tributação segundo o regime de origem, sendo exigido pelo Estado-Membro de onde provém o produto industrializado.
 - (B) submete-se à tributação segundo o regime de destino, sendo exigido pelo Estado-Membro onde é consumido o produto industrializado.
 - (C) é exigido na saída do produto do estabelecimento importador, mesmo que ali não se tenha dado qualquer industrialização.
 - (D) é exigido apenas na hipótese de industrialização do produto pelo estabelecimento que o remeter.
-

89. A isenção,

- (A) uma vez concedida, dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído ou dela consequente.
- (B) sobre os livros, jornais, periódicos e o papel, é matéria que deve constar da lei que institua um imposto de competência da União.

85. O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

- (A) pode incidir sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior, mesmo que o importador seja pessoa física.
- (C) em relação a tributos estaduais e municipais, pode ser concedida pela União, desde que a lei federal que assim disponha assegure, simultaneamente, a isenção de tributos federais.
- (D) se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, não pode ser negada ao contribuinte que tenha iniciado sua fruição, mesmo que tenha sido revogada a lei que a instituiu.
 - (B) incidirá com a alíquota interestadual, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.
 - (C) não incide sobre operações relativas à energia elétrica.
 - (D) terá alíquotas idênticas em todo o País, fixadas por resolução do Senado Federal.

90. Sobre a responsabilidade por infrações à lei tributária, é correto afirmar:

- (A) O pagamento do tributo elide a imposição da multa punitiva, desde que efetuado antes do início da

86. Para todos os tributos, é correto afirmar que

- (A) sua alíquota deve ser fixada por lei.
 - (B) não podem ser cobrados em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (C) não podem incidir sobre templos de qualquer culto.
 - (D) não podem ser cobrados no mesmo exercício em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentado.
- execução fiscal.
- (B) Salvo disposição de lei em contrário, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.
 - (C) O inventariante responde pelas multas punitivas devidas pelo espólio.
 - (D) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado respondem, pessoalmente, quanto às infrações, ainda que não decorram de atos para os quais tenham concorrido.

OAB-SP-Exame da Ordem-125

11

MODELO – Prova 125 Exame de Ordem, Tipo 1

ÉTICA E DISCIPLINA

91. O advogado que atuou profissionalmente em favor de um cliente

- (A) estará sempre impedido de patrocinar causa contra o cliente.
- (B) deverá observar o prazo de dois anos para poder atuar contra o ex-cliente, desde que se trate de questão que não envolva informações privilegiadas que lhe foram confiadas ao tempo em que atuou em seu favor.
- (C) não terá qualquer impedimento para atuar contra o ex-cliente, desde que tenham transitado em julgado as sentenças proferidas em todas as causas patrocinadas em seu favor.
- (D) estará desimpedido para atuar contra o ex-cliente, desde que se trate de questão que não envolva informações privilegiadas que foram confiadas ao tempo em que atuou em seu favor.

96. A defesa prévia do advogado, em processo disciplinar,

- (A) quando não apresentada no prazo legal, implicará o decreto de sua revelia e em julgado antecipado.
- (B) deverá ser apresentada no prazo legal, que será improrrogável, ainda que argüido motivo relevante.
- (C) não será admitida quando o advogado for revel.
- (D) será produzida por Defensor dativo se o advogado não for encontrado ou for revel.

97. A adoção da cláusula *quota litis*

- (A) não pode exceder ao percentual estabelecido por lei.
- (B) não exige contrato escrito.
- (C) exige contrato escrito.

92. A suspensão preventiva do advogado é da competência exclusiva do

- (D) será compensada com os honorários de sucumbência.
- (A) Tribunal de Ética.
- (B) Presidente do Tribunal de Ética.
- (C) Conselho Seccional.
- (D) Presidente do Conselho Seccional.

98. A celebração de convênios, para a prestação de serviços jurídicos,

- (A) é permitida para atender comunidade carente, inde-

93. Serão processados, com efeito suspensivo, os recursos interpostos em processos disciplinares contra as decisões proferidas pelo Tribunal de Ética,

- (A) inclusive quando se tratar de cancelamento de inscrição obtida com falsa prova.
- (B) inclusive quando se tratar de suspensão preventiva.
- (C) que apliquem a pena de censura ou de suspensão.

pendentemente da prévia análise de sua conveniência e oportunidade pelo Tribunal de Ética e Disciplina.

- (B) é permitida para atender comunidade carente, após a prévia análise de sua conveniência e oportunidade pelo Tribunal de Ética e Disciplina.
 - (C) não é permitida em nenhuma circunstância.
 - (D) é permitida em qualquer circunstância.
 - (D) desde que aplicada apenas a pena de censura.
-

94. A revogação do mandato judicial, após o trânsito em julgado da ação,
99. O advogado tem imunidade profissional para se manifestar no exercício de sua atividade, não podendo ser acusado por
- (A) impede o advogado de cobrar os honorários de sucumbência, senão através de ação própria.
 - (B) somente será possível com a prévia concordância do advogado.
 - (C) somente será possível após a quitação dos honorários do advogado.
 - (D) permite ao advogado prosseguir com a cobrança dos honorários de sucumbência no mesmo feito.
- (A) calúnia, injúria ou difamação.
 - (B) calúnia ou difamação.
 - (C) calúnia ou injúria.
 - (D) injúria ou difamação.
-

95. A aplicação da pena de suspensão preventiva
- (A) não pode exceder o prazo de 90 dias.
 - (B) perdura até o julgamento do processo disciplinar, qualquer que seja o prazo decorrido.
 - (C) será feita sem a oitiva do advogado, que poderá recorrer ao Conselho Seccional para revogá-la.
 - (D) ocorre apenas quando o advogado se associa à atividade criminosa.
100. A incompatibilidade para o exercício da advocacia é
- (A) parcial, pois se aplica apenas em face ao órgão com o qual o advogado mantenha vínculo funcional.
 - (B) temporária e vigora apenas durante o cumprimento da pena de suspensão aplicada em processo disciplinar.
 - (C) total enquanto o advogado exercer cargo ou função expressamente previstos em lei.
 - (D) definitiva, ainda que cessada a causa.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SECÇÃO SÃO PAULO
125º EXAME DE ORDEM

COMUNICADO - GABARITOS - 1ª Fase

A Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem no exercício de suas funções, tendo revisado os gabaritos, resolve, de ofício, **anular** as questões:

de n.ºs. **49** e **87**, da versão **1**;

de n.ºs. **49** e **87**, da versão **2**;

de n.ºs. **50** e **88**, da versão **3**;

de n.ºs. **50** e **88**, da versão **4**.

Determina seja feita a devida retificação, assim devendo ser observado na leitura ótica, mantida a nota de corte 4,6 (quarenta e seis pontos).

São Paulo, 18 de janeiro de 2005

IVETTE SENISE FERREIRA
Presidente da Comissão Permanente de Estágio e Exame de Ordem

GABARITOS - 1ª Fase

TIPO 1

001 - A	018 - B	035 - D	052 - C	069 - A	086 - B
002 - C	019 - C	036 - A	053 - B	070 - B	087 - T*
003 - D	020 - A	037 - D	054 - D	071 - C	088 - C
004 - B	021 - C	038 - A	055 - A	072 - A	089 - D
005 - D	022 - A	039 - C	056 - D	073 - D	090 - B
006 - C	023 - B	040 - B	057 - C	074 - C	091 - B
007 - B	024 - D	041 - D	058 - B	075 - B	092 - A
008 - A	025 - C	042 - C	059 - A	076 - A	093 - C
009 - D	026 - B	043 - B	060 - C	077 - C	094 - D
010 - B	027 - A	044 - C	061 - D	078 - D	095 - A
011 - C	028 - D	045 - A	062 - A	079 - B	096 - D
012 - A	029 - C	046 - B	063 - B	080 - A	097 - C
013 - B	030 - A	047 - D	064 - C	081 - B	098 - B
014 - D	031 - B	048 - A	065 - D	082 - D	099 - D
015 - C	032 - D	049 - T*	066 - C	083 - B	100 - C
016 - A	033 - B	050 - B	067 - B	084 - C	
017 - D	034 - C	051 - A	068 - D	085 - A	

* "T" - Questão Anulada